



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

Ofício nº 022/2025.GAB.PREF.

Campo Bom, 20 de janeiro de 2025.

À Exma. Senhora

Vereadora KAYANNE NASCIMENTO BRAGA

PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores

NESTA CIDADE

Assunto: Veto o Projeto de Lei nº 007/2025.

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,
Excelentíssima Senhora Presidente,

O advento da Emenda Constitucional nº 19/98 proporcionou ao regime jurídico referente à Administração Pública, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, sensíveis alterações, dentre as quais destacam-se, neste estudo, aquelas afetas ao artigo 29, incisos V e VI, da Lei Fundamental, que agora estabelecem, *in verbis*:

“Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

...

V - Subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.

VI - Subsídio dos Vereadores, fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts., 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.”

No âmbito do Município de Campo Bom, a matéria é assim disciplinada pela Lei Orgânica Municipal:

“Art. 28. Os Vereadores perceberão, a título de remuneração, subsídio mensal fixado no último Período Legislativo, até 90 (noventa) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituições Federal e na Constituição Estadual.

...



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

Art. 33. É da competência exclusiva da Câmara de Vereadores:

...

V - fixar a remuneração de seus membros, do Prefeito, do Vice Prefeito, conforme o art. 28 desta Lei Orgânica;

...

XV - fixar, mediante Lei, o subsídio dos Secretários Municipais;

...

Art. 40. São de iniciativa privativa do Prefeito, os Projetos de Lei que disponham sobre:

...

II - Aumento de vencimentos, remuneração ou de vantagens dos servidores públicos do Município;

Pois bem.

Nossa Lei Orgânica, ao regradar os subsídios, não reproduziu, tal como exsurge do art. 29, inciso V, da Carta Maior. Estabeleceu ser da competência exclusiva da Câmara tão somente fixar a remuneração de seus membros, do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Secretários Municipais.

Ora, segundo nossos dicionários, fixar representa estabelecer definitivamente; dizer com certeza; prescrever: fixar regras; fixou normas aos funcionários.

Expressão que não se confunde com ter competência exclusiva.

Daí porque este Executivo encaminhou à esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 007, de 10 de janeiro de 2025.

Isto pois, nos termos do art. 40 da Lei Orgânica:

"São de iniciativa privativa do Prefeito, os Projetos de Lei que disponham sobre:

...

II - Aumento de vencimentos, remuneração ou de vantagens dos servidores públicos do Município.

Presente que também os Secretários Municipais (espécie) igualmente são servidores públicos (gênero), esses sim sujeitos à reajuste por projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo.

Cabe ressaltar no tocante a estes, que não são destinatários da restrição constitucional da anterioridade, na medida em que o dispositivo constitucional gaúcho (Constituição



Município de Campo Bom Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

Estadual – Art. 11) que trata da anterioridade na fixação dos subsídios não faz menção aos Secretários Municipais, o que conduz à conclusão de que o texto constitucional da Província não determina a observância do princípio da anterioridade para fixação da remuneração desses agentes políticos, que não se constituem em agentes políticos em sentido estrito, mas servidores públicos comissionados.

Todavia, devemos considerar que a Carta Magna deve ser compreendida dentro da sua magnitude, e neste sentido, a partir da EC/1998, a Constituição Federal deixou de obrigar a observância do princípio da anterioridade da legislatura para a fixação do subsídio dos Secretários Municipais.¹

A Constituição é a lei mais importante do País, enquanto a Lei Orgânica é uma espécie de Constituição para os municípios.

Outrossim, sobre o assunto (fixação dos subsídios dos agentes políticos), o TCE/RS dispõe de inúmeras manifestações, dentre as quais, para fins de recorte necessário, destaca-se o Parecer nº 3/2012, acolhido com ressalvas, no bojo do Processo nº 8619-0200/11-9.

O Tribunal Pleno, por unanimidade, recepcionando o voto do Conselheiro Relator, por seus jurídicos fundamentos, decide pelo acolhimento do Parecer nº 3/2012, da lavra do Auditor Substituto de Conselheiro Cesar Santolim, consolidou a orientação da Corte Gaúcha acerca da fixação do subsídio dos agentes políticos municipais, nos seguintes termos:

“c) os Secretários Municipais, apesar da condição de agentes políticos, remunerados por subsídio, não estão adstritos ao princípio da anterioridade podendo ter o subsídio fixado ou alterado a qualquer tempo, por dispositivo legal de origem legislativa, observadas as exigências impostas pelas disposições orçamentárias locais e pela Lei de Responsabilidade Fiscal;”

Sendo pois, no que tange a origem, ocorreu a contradição quanto a iniciativa privativa - quanto aos Projetos de Lei que tratem de aumento de vencimentos, remuneração de servidores públicos do Município – igualmente quanto aos Secretários Municipais.

¹ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE ALTO FELIZ. LEIS MUNICIPAIS Nº 742 E 743/2008, QUE FIXAM OS SUBSÍDIOS DOS PREFEITOS, VICES-PREFEITOS, VEREADORES E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. REGRA DO ART. 11 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. LEI EDITADA APÓS AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 3 DE OUTUBRO DE 2008. VIGÊNCIA PARA A LEGISLATURA SUBSEQÜENTE. VEDAÇÃO QUE NÃO ALCANÇA A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE, POR MAIORIA. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70028434447, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arno Werlang, Julgado em 08/06/2009)



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

Todavia, é irrefutável a possibilidade do reajuste na mesma legislatura, tanto em razão do Art. 29, inciso V, quanto ao disposto no Art. 33, XV da Lei Orgânica Municipal, pois, há supressão do princípio da anterioridade, em simetria com a Constituição Federal.

Mas, não obstante essa convicção, e diante de acerbadadas manifestações de nobre edis deste Parlamento, objetivando afastar qualquer pecha ou risco de judicialização contrária à concessão de novel remuneração aos Secretários Municipais, ou até eventual ressarcimento, permitimo-nos VETAR o referido Projeto de Lei, embora haver, ao nosso sentir, indubitável injustiça.

Reitera-se, pois, pelas razões e afundamentos retro esposados, permitimo-nos, forte no art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, VETAR o Projeto de Lei nº 007/2025.

Atenciosamente,

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.